



**CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A  
FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750 - CAB, doravante denominado **MINISTÉRIO PÚBLICO**, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA, nos termos da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, E A **FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU (FVC)**, mantida pela **FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU**, inscrita no CNPJ nº 15.239.981/0001-00, com sede na Rua do Saleté nº 50, Barris, em Salvador/Bahia, CEP: 40.070-200, neste ato representado por seu Presidente, **ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA**, RESOLVEM celebrar este instrumento jurídico em consonância com o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008, sob as cláusulas e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente convênio tem por finalidade possibilitar a participação de alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos ofertados pela **FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU**, no processo seletivo para o “Programa de Estágio” do **MINISTÉRIO PÚBLICO**.

1.2. A realização de estágio não acarretará qualquer vínculo de natureza trabalhista/empregatícia com o **MINISTÉRIO PÚBLICO**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO**

2.1. A realização do estágio dependerá de prévia formalização, em cada caso, do termo de compromisso, celebrado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO**, o aluno estagiário e a Instituição de Ensino.

2.2. Os termos de compromisso de estágio integrarão este convênio independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – SUPORTE FINANCEIRO**

3.1. As partes arcarão com suas despesas de acordo com sua previsão orçamentária.

3.2. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** concederá uma bolsa de complementação educacional ao estagiário, em valor mensal a ser fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, bem como outros direitos e vantagens previstos em normas específicas.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO**

4.1. A duração do estágio não poderá ser superior a 02 (dois) anos, ressalvado quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

4.2. A jornada do estagiário será de 20 (vinte) horas semanais, em horário estabelecido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO**, sem prejuízo das atividades discentes do educando.

**CLÁUSULA QUINTA – DO ESTÁGIO**







5.1. O estágio só poderá ser realizado se obedecidas as normas regimentais da **FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU**, com relação à situação do aluno no curso, e de acordo com o seu regulamento de estágio.

5.2. Qualquer estudante regularmente matriculado no Ensino Médio oferecido pela **FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU** poderá candidatar-se ao "Programa de Estágio" do **MINISTÉRIO PÚBLICO**, desde que haja disponibilidade de vagas.

#### CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES

6.1. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** e a **FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU** praticarão todos os atos necessários à efetiva execução dos estágios, ficando acordadas as seguintes obrigações:

##### 6.1.1. DA FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU

- a) zelar pela observância do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- b) prestar informações sobre o desempenho acadêmico do aluno estagiário quando solicitadas pela instituição concedente, bem como sobre quaisquer fatos supervenientes relacionados à vida acadêmica do aluno estagiário;
- c) informar à organização concedente sobre quais profissionais do seu quadro funcional serão responsáveis pela coordenação, orientação, acompanhamento e avaliação do aluno estagiário;
- d) efetuar os devidos registros do estágio e a expedição dos documentos necessários;
- e) comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas previstas para a realização das avaliações acadêmicas.

##### 6.1.2. DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- a) proporcionar condições físicas e materiais necessárias ao aproveitamento do aluno nas atividades do estágio;
- b) designar profissional de seu quadro funcional, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- c) emitir documentos comprobatórios de realização e conclusão do estágio, indicando, resumidamente, as atividades desenvolvidas, o período de estágio e o resultado da avaliação sobre o desempenho do aluno estagiário;
- d) a emissão dos documentos mencionados na alínea "c" deverá ocorrer, também, por ocasião do desligamento do aluno estagiário;
- e) contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais.

##### 6.1.3. DO ALUNO-ESTAGIÁRIO

- a) cumprir fielmente o plano de atividades de estágio, primando pela eficiência, exatidão e responsabilidade em sua execução;
- b) atuar com zelo e dedicação na execução de suas atribuições, de forma a evidenciar desempenho satisfatório nas avaliações periódicas a serem realizadas pelo supervisor da organização concedente que acompanha o estágio;
- c) manter postura ética e profissional com relação à organização concedente, respeitando suas normas internas, decisões administrativas e político-institucionais;
- d) respeitar, acatar e preservar as normas internas do **MINISTÉRIO PÚBLICO**, mantendo rígido sigilo sobre as informações de caráter privativo nele obtidas, abstendo-se de



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*





- qualquer atitude que possa prejudicar o bom nome, a imagem ou a confiança interna e pública da Instituição;
- e) manter relacionamento interpessoal e profissional de alto nível, tanto internamente, quanto com o público em geral, respeitando os valores da organização concedente e os princípios éticos da profissão;

#### CLÁUSULA SÉTIMA – SEGURO

7.1. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** providenciará seguro de acidentes pessoais em favor do aluno estagiário, no período de duração do estágio.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO DESLIGAMENTO DO ESTÁGIO

8.1. O desligamento do estagiário ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) automaticamente, no vencimento do termo de compromisso de estágio, salvo na hipótese de sua renovação;
- b) por ausência não justificada de 8 (oito) dias consecutivos ou 15 (quinze) dias intercalados, no período de 1 (um) mês;
- c) conclusão do curso na instituição de ensino, formalizada pela colação de grau, para estudantes de nível superior, ou pela data da formatura, para estudantes de nível médio;
- d) trancamento de matrícula, desistência ou qualquer outro motivo de interrupção do curso;
- e) a pedido do estagiário, mediante comunicação prévia ao órgão ao qual estiver vinculado e ao CEAF;
- f) desempenho insatisfatório;
- g) descumprimento do que se convencionou no termo de compromisso de estágio;
- h) reprovação em mais de uma disciplina do currículo pleno em que se encontrava matriculado no semestre anterior, ou sua reprovação no último período escolar cursado;
- i) conduta pessoal reprovável;
- j) na hipótese de troca e ou transferência de instituição de ensino ou curso;
- k) por interesse e conveniência do Ministério Público;

8.2. Entende-se por interrupção das disciplinas do curso a que se refere a alínea “d” supra, qualquer ato ou fato de iniciativa do estudante, da **FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU**, ou mesmo decorrente de *factum principis*, que implique em solução de continuidade do curso.

#### CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA

9.1. Este convênio terá um prazo de vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir da data das assinaturas das partes convenientes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DENÚNCIA / RESCISÃO



Handwritten signatures and initials in blue ink.



10.1. Este convênio poderá ser, a qualquer tempo e por iniciativa de uma das partes convenientes, denunciado ou rescindido, em virtude do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, tornando-se obrigatória, em ambos os casos, a prévia notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ADITAMENTO

11.1. O presente convênio poderá ser alterado, a qualquer tempo, mediante Termo Aditivo elaborado de comum acordo entre as partes convenientes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

12.1. O MINISTÉRIO PÚBLICO será responsável pela publicação do extrato deste instrumento no Diário de Justiça Eletrônico.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Salvador, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias e dúvidas que venham a surgir no cumprimento deste instrumento e dos termos aditivos dele decorrentes.

E, por estarem justas e acordadas as cláusulas e condições, firmam os signatários o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas subscritas, para que produza seus efeitos legais.

Salvador/BA, 23 de janeiro de 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

FUNDAÇÃO VISCONDE DE CAIRU  
ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA  
Presidente

#### TESTEMUNHAS:

ASSINATURA:   
NOME:   
CPF:

ASSINATURA:   
NOME:   
CPF:

Inamarcia de Moraes Sousa Gonzalez  
Faculdade Visconde de Cairu  
Núcleo de Empregabilidade Cairu (NEC)  
Coordenação de Estágio





PORTARIA Nº 052/2018

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar os servidores Karina Oliveira Pinheiro Lima, matrícula [REDACTED] e Geosmar Teixeira Leite, matrícula [REDACTED] para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 016/2018-SGA, relativo à prestação de serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento para a Promotoria de Justiça Regional de Serrinha.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 02 de março de 2018.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

### RESUMO DE CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO

Processo: 003.0.30806/2017.

Parecer Jurídico: 1230/2017.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e a Fundação Visconde de Cairu (FVC), mantida pela Fundação Visconde de Cairu, CNPJ nº 15.239.981/0001-00.

Objeto: Possibilitar a participação de alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência no nos cursos ofertados pela Fundação Visconde de Cairu, no processo seletivo para o "Programa de Estágio" o Ministério Público.

Vigência: 05 (cinco) anos, contados a partir da data das assinaturas das partes convenientes.

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 83/2017, Processo nº 003.0.25831/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE TECLADO E MOUSE. Parecer Tec/Jurídico nº 143/2018. Data de Homologação: 23/02/2018. Licitante vencedor para o lote único: SARON EMPREENDIMENTOS EIRELI (CNPJ 27.136.629/0001-10). Salvador/Ba, 05/03/2018. Superintendente de Gestão Administrativa - Frederico Wellington Silveira Soares.

### AVISO DE CONVOCAÇÃO

Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 83/2017, Processo nº 003.0.25831/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE TECLADO E MOUSE. A Superintendência de Gestão Administrativa do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA convoca a(s) empresa(s) SARON EMPREENDIMENTOS EIRELI (CNPJ 27.136.629/0001-10), para assinar(em) a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar desta publicação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05. Salvador-BA, 05/03/2018.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 89/2017, Processo nº 003.0.28891/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE CARTUCHO LEXMARK. Parecer Tec/Jurídico nº 144/2018. Data de Homologação: 23/02/2018. Licitante vencedor para o item 01: BNB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME (08.692.456/0001-71). Licitante vencedor para os itens 03, 04, 05, 06 e 07: LEMARINK CARTUCHOS EIRELI - EPP (18.436.917/0001-07). Licitante vencedor para os itens 02 e 08: VANESSA CORREA DA ROCHA - ME (05.808.979/0001-42). Salvador/Ba, 05/03/2018. Superintendente de Gestão Administrativa - Frederico Wellington Silveira Soares.

### AVISO DE CONVOCAÇÃO

Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 89/2017, Processo nº 003.0.28891/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE CARTUCHO LEXMARK. A Superintendência de Gestão Administrativa do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA convoca a(s) empresa(s) BNB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME (08.692.456/0001-71), LEMARINK CARTUCHOS EIRELI - EPP (18.436.917/0001-07), VANESSA CORREA DA ROCHA - ME (05.808.979/0001-42), para assinar(em) a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar desta publicação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05. Salvador-BA, 05/03/2018.

### EXTRATO DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA nº 01/2018 - SIMP nº 003.0.25671/2017 - Objeto: Obra de engenharia destinada a construção de imóvel para sediar a Promotoria de Justiça Regional de Jequié-Ba. A Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Ministério Público do Estado da Bahia, informa aos participantes da referida concorrência, que de acordo o item 17.3 do edital, mediante análise das documentações apresentadas pelas três primeiras classificadas, considerou HABILITADAS: 1ª) LIMA DINIZ CONSTRUÇÕES LTDA-EPP- CNPJ nº 19.260.316/0001-40, R\$ 2.207.446,93, Fator K= 0,78; 2ª) SEVEN CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA-CNPJ nº 13.045.104/0001-64, R\$2.235.747,53, Fator k= 0,79; e 3ª) MEDEIROS SANTOS ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA-EPP- CNPJ nº 13.235.732/0001-02, R\$ 2.348.949,94, Fator k= 0,83, e VENCEDORA: LIMA DINIZ CONSTRUÇÕES LTDA-EPP-CNPJ nº 19.260.316/0001-40. Aos participantes, havendo interesse na apresentação de interposição de recurso administrativo, terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis após publicidade na forma prevista no item XXI do edital. Salvador/BA, 05/03/2018. Álvaro Medeiros Filho-Presidente da CPL.